



CELSO CUNHA & LINDLEY CINTRA

---

# nova gramática do português contemporâneo

5ª edição, 4ª impressão

Texto atualizado com a nova ortografia, determinada pelo DECRETO Nº 6.583, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008 que promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, com início de sua vigência em 1º de janeiro de 2009 e um período de transição até 31 de dezembro de 2012, durante o qual coexistirão a norma ortográfica atualmente em vigor e a nova norma estabelecida.



## Introdução

# Conceitos gerais

### LINGUAGEM, LÍNGUA, DISCURSO, ESTILO

1. LINGUAGEM é “um conjunto complexo de processos — resultado de uma certa atividade psíquica profundamente determinada pela vida social — que torna possível a aquisição e o emprego concreto de uma LÍNGUA qualquer”<sup>1</sup>. Usa-se também o termo para designar todo sistema de sinais que serve de meio de comunicação entre os indivíduos. Desde que se atribua valor convencional a determinado sinal, existe uma LINGUAGEM. À linguística interessa particularmente uma espécie de LINGUAGEM, ou seja, a LINGUAGEM FALADA OU ARTICULADA.
2. LÍNGUA é um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos. Expressão da consciência de uma coletividade, a LÍNGUA é o meio por que ela concebe o mundo que a cerca e sobre ele age. Utilização social da faculdade da linguagem, criação da sociedade, não pode ser imutável; ao contrário, tem de viver em perpétua evolução, paralela à do organismo social que a criou.
3. DISCURSO é a língua no ato, na execução individual. E, como cada indivíduo tem em si um ideal linguístico, procura ele extrair do sistema idiomático de que se serve as formas de enunciado que melhor lhe exprimam o gosto e o pensamento. Essa escolha entre os diversos meios de expressão

---

<sup>1</sup> Tatiana Slama-Casacu. *Langage et contexte*. Haia, Mouton, 1961, p. 20.

que lhe oferece o rico repertório de possibilidades, que é a língua, denomina-se ESTILO.<sup>2</sup>

4. A distinção entre LINGUAGEM, LÍNGUA e DISCURSO, indispensável do ponto de vista metodológico, não deixa de ser em parte artificial. Em verdade, as três denominações aplicam-se a aspectos diferentes, mas não opostos, do fenômeno extremamente complexo que é a comunicação humana.

A interdependência desses aspectos, salienta-a Tatiana Slama-Casacu, ao escrever: “A LÍNGUA é a criação, mas também o fundamento da LINGUAGEM — que não poderia funcionar sem ela —; é, simultaneamente, o instrumento e o resultado da atividade de comunicação. Por outro lado, a LINGUAGEM não pode existir, manifestar-se e desenvolver-se a não ser pelo aprendizado e pela utilização de uma LÍNGUA qualquer. A mais frequente forma de manifestação da LINGUAGEM — constituída de uma complexidade de processos, de mecanismos, de meios expressivos — é a LINGUAGEM FALADA, concretizada no DISCURSO, ou seja, a realização verbal do processo de comunicação. O DISCURSO é um dos aspectos da LINGUAGEM — o mais importante — e, ao mesmo tempo (...), a forma concreta sob a qual se manifesta a LÍNGUA. O DISCURSO define-se, pois, como o ato de utilização individual e concreto da LÍNGUA no quadro do processo complexo da LINGUAGEM. Os três termos estudados — LINGUAGEM, LÍNGUA, DISCURSO — designam no fundo três aspectos, diferentes mas estritamente ligados, do mesmo processo unitário e complexo.”<sup>3</sup>

### LÍNGUA E SOCIEDADE: VARIAÇÃO E CONSERVAÇÃO LINGUÍSTICA

Embora desde princípios deste século linguistas como Antoine Meillet e Ferdinand de Saussure tenham chegado a configurar a língua como um fato social, rigorosamente enquadrado na definição dada por Emile Durkheim<sup>4</sup>, só nos últimos vinte anos, com o desenvolvimento da SOCIOLINGUÍSTICA, as relações entre a língua e a sociedade passaram a ser caracterizadas com maior precisão.

<sup>2</sup> Aceitando a distinção de Jules Marouzeau, podemos dizer que a LÍNGUA é “a soma dos meios de expressão de que dispomos para formar o enunciado” e o ESTILO “o aspecto e a qualidade que resultam da escolha entre esses meios de expressão” (*Précis de stylistique française*, 2.<sup>a</sup> ed. Paris, Masson, 1946, p. 10).

<sup>3</sup> *Obra cit.*, p. 20.

<sup>4</sup> Vejam-se Antoine Meillet. *Linguistique historique et linguistique générale*, 2.<sup>a</sup> ed. Paris, Champion, 1926, p. 16, 230 *passim*; Ferdinand de Saussure. *Cours de linguistique générale*, édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris, Payot, 1973, p. 31.

A sociolinguística, ramo da linguística que estuda a língua como fenômeno social e cultural, veio mostrar que estas inter-relações são muito complexas e podem assumir diferentes formas. Na maioria das vezes, comprova-se uma covariação do fenômeno linguístico e social. Em alguns casos, no entanto, faz mais sentido admitir uma relação direcional: a influência da sociedade na língua, ou da língua na sociedade.

É, pois, recente a concepção de língua como instrumento de comunicação social, maleável e diversificado em todos os seus aspectos, meio de expressão de indivíduos que vivem em sociedades também diversificadas social, cultural e geograficamente. Nesse sentido, uma língua histórica não é um sistema linguístico unitário, mas um conjunto de sistemas linguísticos, isto é, um DIASSISTEMA, no qual se inter-relacionam diversos sistemas e subsistemas. Daí o estudo de uma língua revestir-se de extrema complexidade, não podendo prescindir de uma delimitação precisa dos fatos analisados para controle das variáveis que atuam, em todos os níveis, nos diversos eixos de diferenciação. A variação sistemática está, hoje, incorporada à teoria e à descrição da língua.

Em princípio, uma língua apresenta, pelo menos, três tipos de diferenças internas, que podem ser mais ou menos profundas:

- 1º) diferenças no espaço geográfico, ou VARIAÇÕES DIATÓPICAS (falares locais, variantes regionais e, até, intercontinentais);
- 2º) diferenças entre as camadas socioculturais, ou VARIAÇÕES DIASTRÁTICAS (nível culto, língua padrão, nível popular, etc.);
- 3º) diferenças entre os tipos de modalidade expressiva, ou VARIAÇÕES DIAFÁSICAS<sup>5</sup> (língua falada, língua escrita, língua literária, linguagens especiais, linguagem dos homens, linguagem das mulheres, etc.).

A partir da nova concepção da língua como DIASSISTEMA, tornou-se possível o esclarecimento de numerosos casos de polimorfismo, de pluralidade de normas e de toda a inter-relação dos fatores geográficos, históricos, sociais e psicológicos que atuam no complexo operar de uma língua e orientam a sua deriva.

Condicionalizada de forma consistente dentro de cada grupo social e parte integrante da competência linguística dos seus membros, a variação é, pois, inerente ao sistema da língua e ocorre em todos os níveis: fonético, fonológico, morfológico, sintático, etc. E essa multiplicidade de realizações do sistema em nada prejudica as suas condições funcionais.

<sup>5</sup> Veja-se Eugenio Coseriu. *Structure lexicale et enseignement du vocabulaire*. In *Actes du premier Colloque International de Linguistique Appliquée*. Nancy, Université de Nancy, 1966, p. 199.

Todas as variedades linguísticas são estruturadas, e correspondem a sistemas e subsistemas adequados às necessidades de seus usuários. Mas o fato de estar a língua fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade conduz a uma avaliação distinta das características das suas diversas modalidades diatópicas, diastráticas e diafásicas. A língua padrão, por exemplo, embora seja uma entre as muitas variedades de um idioma, é sempre a mais prestigiosa, porque atua como modelo, como norma, como ideal linguístico de uma comunidade. Do valor normativo decorre a sua função coercitiva sobre as outras variedades, com o que se torna uma ponderável força contrária à variação.

Numa língua existe, pois, ao lado da força centrífuga da inovação, a força centrípeta da conservação, que, contrarregando a primeira, garante a superior unidade de um idioma como o português, falado por povos que se distribuem pelos cinco continentes.

### DIVERSIDADE GEOGRÁFICA DA LÍNGUA: DIALETO E FALAR

As formas características que uma língua assume regionalmente denominam-se DIALETOS.

Alguns linguistas, porém, distinguem, entre as variedades diatópicas, o FALAR DO DIALETO.

DIALETO seria “um sistema de sinais desgarrado de uma língua comum, viva ou desaparecida; normalmente, com uma concreta delimitação geográfica, mas sem uma forte diferenciação diante dos outros da mesma origem”. De modo secundário, poder-se-iam também chamar dialetos “as estruturas linguísticas, simultâneas de outra, que não alcançam a categoria de língua”<sup>6</sup>.

FALAR seria a peculiaridade expressiva própria de uma região e que não apresenta o grau de coerência alcançado pelo dialeto. Caracterizar-se-ia, do ponto de vista diacrônico, segundo Manuel Alvar, por ser um dialeto empobrecido, que, tendo abandonado a língua escrita, convive apenas com as manifestações orais. Poder-se-iam ainda distinguir, dentro dos FALARES REGIONAIS, OS FALARES LOCAIS, que, para o mesmo linguista, corresponderiam a subsistemas idiomáticos “de traços pouco diferenciados, mas com matizes próprios dentro da estrutura regional a que pertencem e cujos usos estão limitados a pequenas circunscrições geográficas, normalmente com caráter administrativo”<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Manuel Alvar. Hacia los conceptos de lengua, dialecto y hablas. *Nueva Revista de Filología Hispánica*, 15:57, 1961.

<sup>7</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 60.

No entanto, à vista da dificuldade de caracterizar na prática as duas modalidades diatópicas, empregaremos neste livro — e particularmente no capítulo seguinte — o termo DIALETO no sentido de variedade regional da língua, não importando o seu maior ou menor distanciamento com referência à língua padrão.

### A NOÇÃO DE CORRETO

Uma gramática que pretenda registrar e analisar os fatos da língua culta deve fundar-se num claro conceito de norma e de correção idiomática. Permittimo-nos, por isso, uma ligeira digressão a respeito deste controvertido tema.

Os progressos dos estudos linguísticos vieram mostrar a falsidade dos postulados em que a gramática logicista e a latinizante esteavam a correção idiomática e, com isso, deixaram o preceptismo gramatical inerte diante da reação anticorretista que se iniciou no século passado e que vem assumindo, em nossos dias, atitudes violentas, não raro contaminadas de radicalismo ideológico.<sup>8</sup>

Por outro lado, à ideia, sempre renovada, de que o povo tem o poder criador e a soberania em matéria de linguagem associa-se, naturalmente, outra — a de considerar elemento perturbador ou estéril a interferência da força conservadora ou repressiva dos setores cultos.

Contra essa concepção demolidora do edifício gramatical, pacientemente construído desde a época alexandrina com base na analogia, levantam-se alguns linguistas modernos, procurando fundamentar a correção idiomática em fatores mais objetivos.

Dessa nova linha de preocupações foi precursor Adolf Noreen, o linguista sueco a cujas ideias geniais hoje se começa a fazer justiça.<sup>9</sup>

Para Noreen há três critérios principais de correção, por ele denominados *histórico-literário*, *histórico-natural* e *racional*, o último, obviamente, o seu preferido.

De acordo com o critério *histórico-literário*, “a correção estriba-se essencialmente em conformar-se com o uso encontrado nos escritores de uma época

<sup>8</sup> Veja-se, a propósito, Angel Rosenblat. *El criterio de corrección lingüística: unidad y pluralidad de normas en el español de España y América*. Separata de P.I.L.E.I. *El Simposio de Indiana*. Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 1967, p. 27. Consulte-se também Celso Cunha. *Língua portuguesa e realidade brasileira*, 8.ª ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1981, p. 35-39, texto em parte aqui reproduzido.

<sup>9</sup> Leia-se Björn Collinder, *Les origines du structuralisme*, Stockholm – Göteborg – Upsala, Almqvist & Wiksell, 1962, p. 6 e ss.; Bertil Malmberg. *Les nouvelles tendances de la linguistique*, trad. por Jacques Gengoux. Paris, P.U.F., 1966, p. 42, 52-55, 130, 184-186, 197, 279.

pretérita”, em geral escolhida arbitrariamente. É o critério tradicional de correção, fundado no exemplo dos clássicos.

O segundo critério, o *histórico-natural* de Noreen e que Jespersen prefere chamar *anárquico*, baseia-se na doutrina, a que nos referimos, de que a linguagem é um organismo que se desenvolve muito melhor em estado de completa liberdade, sem entraves. Dentro desse ponto de vista não pode haver, em princípio, nada correto ou incorreto na língua.

Depois de deixar patente o caráter arbitrário do primeiro critério e o absurdo do segundo, se levado a suas naturais consequências, Noreen tenta justificar o único que resta, o dele Noreen, expresso na fórmula: “o melhor é o que pode ser apreendido mais exata e rapidamente pela audiência presente e pode ser produzido mais facilmente por aquele que fala”; ou no enunciado mais sintético de Flodström: “o melhor é a forma de falar que reúne a maior simplicidade possível com a necessária inteligibilidade”<sup>10</sup>.

Jespersen considera a fórmula de Noreen oportunista, individualista, atomística, “pois que divide demasiado a comunidade linguística em indivíduos particulares e olvida excessivamente o conjunto”<sup>11</sup>.

Em nome de que princípio se corrige, então, o falar de uma pessoa? Por que uma criança aprende de seus pais que não deve dizer *sube* por *soube*, *fazerei* por *farei* e, à medida que vai crescendo em anos, continua a ter o seu comportamento linguístico ora corrigido por outros, ora por esforço próprio?

Para Jespersen nenhum dos critérios anteriormente lembrados — e enumera sete: o da autoridade, o geográfico, o literário, o aristocrático, o democrático, o lógico e o estético — o explica. É evidente, no entanto, que existe algo que justifica a correção, “algo comum para o que fala e para o que ouve”, e que lhes facilita a compreensão. Este elemento comum é “a norma linguística que ambos aceitaram de fora, da comunidade, da sociedade, da nação”<sup>12</sup>.

Todo o nosso comportamento social está regulado por normas a que devemos obedecer, se quisermos ser corretos. O mesmo sucede com a linguagem, apenas com a diferença de que as suas normas, de um modo geral, são mais complexas e mais coercitivas. Por isso, e para simplificar as coisas, Jespersen define o “linguisticamente correto” como aquilo que é exigido pela comunidade linguística a que se pertence. O que difere é o “linguisticamente incorreto”. Ou, com suas palavras: “*falar correto* significa o falar que a comunidade espera, e *erro* em linguagem equivale a desvios desta norma, sem relação alguma com o

<sup>10</sup> Citados por Otto Jespersen. Humanidad, nación, individuo, desde el punto de vista lingüístico, trad. por Fernando Vela. Buenos Aires, *Revista de Occidente*, 1947, p. 113 e 114.

<sup>11</sup> *Obra cit.*, p. 120.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 120 e ss.

valor interno das palavras ou formas”. Reconhece, porém, que, independentemente disso, “existe uma valorização da linguagem na qual o seu valor se mede com referência a um ideal linguístico”, para cuja formação colabora eficazmente a “fórmula energética de que o mais facilmente enunciado é o que se recebe mais facilmente”<sup>13</sup>.

Entre as atitudes extremadas — dos que advogam o rompimento radical com as tradições clássicas da língua e dos que aspiram a sujeitar-se a velhas normas gramaticais —, há sempre lugar para uma posição moderada, termo médio que represente o aproveitamento harmônico da energia dessas forças contrárias e que, a nosso ver, melhor consubstancia os ideais de uma sã e eficaz política educacional e cultural dos países de língua portuguesa.

“Na linguagem é importante o polo da variedade, que corresponde à expressão individual, mas também o é o da unidade, que corresponde à comunicação interindividual e é garantia de intercompreensão. A linguagem expressa o indivíduo por seu caráter de criação, mas expressa também o ambiente social e nacional, por seu caráter de repetição, de aceitação de uma norma, que é ao mesmo tempo histórica e sincrônica: existe o falar porque existem indivíduos que pensam e sentem, e existem ‘línguas’ como entidades históricas e como sistemas e normas ideais, porque a linguagem não é só expressão, finalidade em si mesma, senão também comunicação, finalidade instrumental, expressão para outro, cultura objetivada historicamente e que transcende ao indivíduo”<sup>14</sup>.

A hipótese da “linguagem monolítica” não se assenta numa realidade, e a sua corporificação nas gramáticas não tem sido benéfica ao ensino dos diversos idiomas. “Sem nenhuma dúvida”, escreve Roman Jakobson, “para qualquer comunidade linguística, para todo indivíduo falante existe uma unidade de língua, mas esse código global representa um sistema de subcódigos em comunicação recíproca; cada língua abarca vários sistemas simultâneos, cada um dos quais se caracteriza por uma função diferente”<sup>15</sup>.

Se uma língua pode abarcar vários sistemas, ou seja, as formas ideais de sua realização, a sua dinamicidade, o seu modo de fazer-se, pode também admitir várias normas, que representam modelos, escolhas que se consagraram dentro das possibilidades de realizações de um sistema linguístico. Mas — pondera

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 178.

<sup>14</sup> Eugenio Coseriu. *La geografía lingüística*. Montevideo. Universidad de la República, 1956, p. 44-45. A propósito, consultem-se também os magistrais estudos do autor: *Sistema, norma y habla e Determinación y entorno*, agora enfeixados no volume *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madrid, Gredos, 1962, p. 11-113 e 282-323.

<sup>15</sup> Closing Statement: Linguistics and Poetics. In *Style in Language*. Edited by Thomas A. Sebeok. New York-London, M.I.T. & John Wiley, 1960, p. 352.

Eugenio Coseriu, o lúcido mestre de Tübingen — se “é um sistema de realizações obrigatórias, consagradas social e culturalmente”, a norma não corresponde, como pensam certos gramáticos, ao que se pode ou se deve dizer, mas “ao que já se disse e tradicionalmente se diz na comunidade considerada”<sup>16</sup>.

A norma pode variar no seio de uma mesma comunidade linguística, seja de um ponto de vista diatópico (português de Portugal / português do Brasil / português de Angola), seja de um ponto de vista diastrático (linguagem culta / linguagem média / linguagem popular), seja, finalmente, de um ponto de vista diafásico (linguagem poética / linguagem da prosa).<sup>17</sup>

Este conceito linguístico de norma, que implica um maior liberalismo gramatical, é o que, em nosso entender, convém adotarmos para a comunidade de fala portuguesa, formada hoje por sete nações soberanas, todas movidas pela legítima aspiração de enriquecer o patrimônio comum com formas e construções novas, a patentear o dinamismo do nosso idioma, o meio de comunicação e expressão, nos dias que correm, de mais de cento e cinquenta milhões de indivíduos.

“Não se repreende de leve num povo o que geralmente agrada a todos”, disse com singeleza o poeta Gonçalves Dias. Com efeito, por cima de todos os critérios de correção — aplicáveis nuns casos, inaplicáveis noutros — paira o da aceitabilidade social, a *consuetudo* de Varrão, o único válido em qualquer circunstância.

É justamente para chegarem a um conceito mais preciso de “correção” em cada idioma que os linguistas atuais vêm tentando estabelecer métodos que possibilitem a descrição minuciosa de suas variedades cultas, seja na forma falada, seja na escrita. Sem investigações pacientes, sem métodos descritivos aperfeiçoados nunca alcançaremos determinar o que, no domínio da nossa língua ou de uma área dela, é de emprego obrigatório, o que é facultativo, o que é tolerável, o que é grosseiro, o que é inadmissível; ou, em termos radicais, o que é e o que não é correto.

<sup>16</sup> *Sincronía, diacronía e historia: el problema del cambio lingüístico*, 2.ª ed. Madrid, Gredos, 1973, p. 55.

<sup>17</sup> Veja-se Celso Cunha. *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 73-74 e ss.

## Capítulo 1

# Do latim ao português atual

### O LATIM E A EXPANSÃO ROMANA

A língua portuguesa provém do latim, que se entronca, por sua vez, na grande família das línguas indo-europeias, representada hoje em todos os continentes.

De início, simples falar de um povo de cultura rústica, que vivia no centro da Península Itálica (o Lácio), a língua latina veio, com o tempo, a desempenhar um extraordinário papel na história da civilização ocidental, “menos por suas virtudes intrínsecas do que pelo êxito político do povo que dela se servia”<sup>1</sup>

Foram as vitórias de seus soldados e o espírito de organização de seus homens de governo que estenderam e, em parte, consolidaram o enorme império, que, no auge de sua expansão, ia da Lusitânia à Mesopotâmia, e do Norte da África à Grã-Bretanha.

Enumeremos, cronologicamente, as conquistas que dilataram de tal forma os domínios do Império Romano.

Até meados do IV século antes de Cristo, os romanos pouco haviam ampliado as fronteiras do antigo Lácio. Foi com a guerra contra os samnitas, iniciada em 326 a.C. e terminada com a decisiva batalha de Sentino (295 a.C.), que começou a irresistível penetração romana na parte meridional da Península Itálica, concluída em 272 a.C., com a anexação de Tarento.

Principia, então, o longo período das conquistas externas. Sucessivamente, vão sendo subjugados os territórios da Sicília (241 a.C.), da Sardenha e da

<sup>1</sup> Edouard Bourciez. *Eléments de Linguistique romane*. 4e éd. Paris: Klincksieck, 1946, p. 26. Com razão, afirma Antoine Meillet: “A história política de Roma e a história da civilização romana explicam a história da língua latina.” (*Esquisse d'une histoire de la langue latine*. 3e éd. Paris: Hachette, 1933, p. 5.)

Córsega (238 a.C.), da Ilíria (229 a.C.), da costa este e sul da Península Ibérica (218-197 a.C.), dos reinos helenísticos do Oriente (200-168 a.C.), da Gália Cisalpina (191 a.C.), da Ligúria (154 a.C.), de Cartago e Norte da África (146 a.C.), da Macedônia e da Grécia (146 a.C.), da Gália Narbonense (118 a.C.), da Gália do Norte (50 a.C.), da Mésia (29 a.C.), do Noroeste da África (25 a.C.), do resto da Península Ibérica (19 a.C.), da Nórica (16 a.C.), da Récia (15 a.C.), da Panônia (10 d.C.), do resto da Mauritània (42 d.C.), da Bretanha (43 d.C.), da Trácia (46 d.C.), da Dácia (107 d.C.), da Arábia Petreia, da Armênia e da Mesopotâmia (107 d.C.).

Com a anexação da Dácia (Romênia) e, sem caráter permanente, dessas regiões da Ásia Menor, o Império atingia, sob o governo de Trajano, o máximo de sua expansão geográfica.

Ao mesmo tempo que estendiam os seus domínios, os romanos levavam para as regiões conquistadas os seus hábitos de vida, as suas instituições, os padrões de sua cultura. Em contato com outras terras, outras gentes e outras civilizações, ensinavam, mas também aprendiam. Aprenderam, por exemplo, muito com os gregos, e isso desde épocas antigas, através dos etruscos e, principalmente, das colônias helênicas do Sul da Itália, que formavam a Magna Grécia. Lívio Andrônico, o primeiro que tentou elevar à altura de língua poética aquele rude idioma de agricultores e pastores, que era então o latim, procurou diretamente em Homero e nos trágicos gregos os modelos para suas experiências de tradução e adaptação literárias. Ele próprio era um grego de Tarento. E, na sua trilha, Plauto, Ênio, Névio e todos os que, pioneiramente, se impuseram a árdua tarefa de criar obras de arte na língua nacional não deixaram de inspirar-se nos estimulantes exemplos da Hélade, cuja influência vai ampliar-se mais ainda, a partir de 146 a.C., quando, vencida pelas armas, acabou dominando pelo espírito o cruel vencedor.

*“Graecia capta ferum victorem cepit et artes  
Intulit agresti Latio”<sup>2</sup>*

## LATIM LITERÁRIO E LATIM VULGAR

Desde o século III a.C., pois, sob a benéfica influência grega, o latim escrito com intenções artísticas foi sendo progressivamente apurado até atingir, no século I a.C., a alta perfeição da prosa de Cícero e César, ou da poesia de Vergílio e Horácio. Em consequência, acentuou-se com o tempo a separação entre essa língua literária, praticada por uma pequena elite, e o latim corrente,

<sup>2</sup> Entenda-se: “A Grécia subjugada subjugou o cruel vencedor e introduziu as artes no agreste Lácio.”

a língua usada no colóquio diário pelos mais variados grupos sociais da Itália e das províncias.

Tal diferença era já sentida pelos romanos que opunham ao conservador latim literário ou clássico (*sermo litterarius*) o inovador latim vulgar (*sermo vulgaris*), compreendidas nesta denominação as inúmeras variedades da língua falada,<sup>3</sup> que vão do colóquio polido às linguagens profissionais, e até às gírias (*sermo quotidianus, urbanus, plebeius, rusticus, ruralis, pedestris, castrensis, etc.*).

Foi esse matizado latim vulgar que os soldados, colonos e funcionários romanos levaram para as regiões conquistadas e, sob o influxo de múltiplos fatores, diversificou-se com o tempo nas chamadas línguas românicas.

## AS LÍNGUAS ROMÂNICAS

Se dos gregos os romanos foram discípulos atentos, dos outros povos vencidos souberam ser eles os mestres imitados. Não só na Itália, mas também na Gália, na Hispânia, na Récia e na Dácia, as tribos mais diversas cedo assimilaram os seus costumes e instituições, adotaram como própria a língua latina, *romanizaram-se*.

É fácil concluir que, falado em tamanha área geográfica, por povos de raças tão diversas, o latim vulgar não poderia conservar a sua relativa unidade, já precária como a de toda língua que serve de meio de comunicação a vastas e variadas comunidades de analfabetos.

Nos centros urbanos mais importantes, o ensino do latim difundia o padrão literário e, com isso, retardava até certo ponto os efeitos das forças de diferenciação. Mas no campo ou nas vilas e aldeias a língua, sem nenhum controle normativo, ia voando com suas próprias asas.

A partir do século III da nossa era, podemos dizer que a unidade linguística do Império não mais existia, embora continuassem os contatos políticos entre as suas diversas partes, interligadas por uma certa comunidade de civilização.<sup>4</sup> É o que se entende por *Romania*, em contraste com *Barbaria*, as regiões habitadas por outros povos.

<sup>3</sup> A denominação latim vulgar, embora um tanto imprópria, tornou-se termo técnico da linguística. Por ela devemos entender, de acordo com B. E. Vidos, “a língua falada por todas as camadas da população e em todos os períodos da latinidade”. (*Manuale de linguistica romanza*. Traduzione dall’olandese di G. Francescato. Firenze: Olschki, 1959, p. 201.)

<sup>4</sup> Vj. Georges Straka. Observations sur la chronologie et les dates de quelques modifications phonétiques en roman et en français pré-littéraire. In: *Revue des Langues Romanes*. Montpellier, 1953, p. 307; Idem, La dislocation linguistique de la Romania et la formation des langues romanes à la lumière de la chronologie relative des changements phonétiques. In: *Revue de Linguistique Romane*, XX, 1956, p. 249-267.



Alguns fatos históricos vieram contribuir para ativar o processo de dialetização. Enumeremos os principais.

Desde 212, o edito de Caracala estendera o direito de cidadania a todos os indivíduos livres do Império, com o que Roma e a Itália perderam a situação privilegiada que desfrutavam.

Diocleciano, que governou de 284 a 305, instituiu a obrigatoriedade do latim como língua da administração. Mas, contraditoriamente, anulou os efeitos dessa medida unificadora ao descentralizar política e administrativamente o Império em doze dioceses, caminho aberto para o aguçamento de nacionalismos regionais e locais.<sup>5</sup> Não sendo mais capital, Roma deixou, conseqüentemente, de exercer a função reitora da norma linguística.

Em 330, Constantino, que se tornara defensor do Cristianismo, transferiu a sede do Império para Bizâncio, a nova Constantinopla.

Com a morte de Teodósio em 395, o vasto domínio foi dividido entre os seus dois filhos, cabendo a Honório o Ocidente, e a Arcádio o Oriente. O Império do Oriente teve vida longa. Conservou-se até 1453. O do Ocidente, porém, depois de sucessivas invasões de hunos, visigodos, ostrogodos, burginhões, suevos, alanos e vândalos, sucumbe em 476, quando Odoacro destrona o imperador fantoche Romulus Augustus, apelidado com o diminutivo *Augustulus*, “Augustinho”.

As forças linguísticas desagregadoras puderam então agir livremente, e de tal forma que, em fins do século V, os falares regionais já estariam mais próximos dos idiomas românicos do que do próprio latim. Começa então o período do romance ou romanço, denominação que se dá à língua vulgar nessa fase de transição que termina com o aparecimento de textos redigidos em cada uma das línguas românicas: francês (séc. IX), espanhol (séc. X), italiano (séc. X),<sup>6</sup> sardo (séc. XI), provençal (séc. XII), rético (séc. XII), catalão (séc. XII, ou princípios

<sup>5</sup> “O Império foi então dividido em doze dioceses, e é uma coisa surpreendente ver nascer nesse momento as nacionalidades modernas: houve uma África, uma Espanha, uma Grã-Bretanha, duas França (a de Trêves e a de Viena), duas Itália (a de Milão e a de Roma)” (André Piganiol. *Histoire de Rome*. Paris, 1939, p. 446.)

<sup>6</sup> O primeiro texto em que o vulgar italiano aparece conscientemente contraposto ao latim é uma carta capuana de 960 (vj. Bruno Migliorini. *Storia della lingua italiana*. Firenze: Sansoni, 1960, p. 93). Em 1924, porém, Luigi Schiaparelli descobriu o texto de uma adivinha popular (o chamado “Indovinello Veronese”), de fins do séc. VIII ou princípios do séc. IX, que pode ser considerado o mais antigo monumento redigido em um dialeto românico. Sobre os numerosos problemas que encerra o precioso códice da Biblioteca Capitolare di Verona, leia-se o informativo estudo de Matilde Matarazzo Gargiulo, O “Indovinello Veronese”. *Estudos em homenagem a Cândido Jucá (filho)*. Rio de Janeiro [s. d.], p. 147-158.

do séc. XIII), português (séc. XIII), franco-provençal (séc. XIII), dálmata (séc. XIV) e romeno (séc. XVI).

## A ROMANIZAÇÃO DA PENÍNSULA

Os romanos chegaram à Península Ibérica no século III a.C., por ocasião da 2ª Guerra Púnica, mas só conseguiram dominá-la por completo, ao fim de longas e cruentas lutas, em 19 a.C., quando Augusto venceu a resistência dos altivos povos das Astúrias e da Cantábria.

Muito pouco se sabe das antigas populações ibéricas. No início da romanização habitava a Península uma complexa mistura racial: celtas, iberos, púnico-fenícios, lígures, gregos e outros grupos mal identificados.

Das línguas desses povos quase nada conservaram os idiomas hispânicos. Com relativa segurança, atribui-se origem pré-romana apenas a uns quantos sufixos — como *-arra* (*bocarra*), *-orro* (*beatorro*), *-asco* (*penhasco*) e *-ego* (*borrego*) — e algumas palavras de significação concreta: *arroyo*, *balsa*, *barro*, *braga(s)*, *carrasco*, *gordo*, *lama*, *lança*, *lousa*, *manteiga*, *tamuge*, *tojo*, *veiga*, etc.

A romanização da Península não se processou uniformemente. Das três províncias em que Agripa (27 a.C.) dividiu a Hispânia — a Tarraconense, correspondente à antiga Hispânia Citerior, a Bética e a Lusitânia, desmembradas da Hispânia Ulterior — foi a Bética a que mais cedo assimilou a civilização romana. No alvorecer da nossa era, o geógrafo grego Estrabão testemunhava que “os turdetanos, especialmente os que habitavam as margens do Bétis, haviam adotado os costumes romanos, e até já nem se lembravam da própria língua”. E acrescentava: “Não falta muito para que todos se convertam em romanos.”<sup>7</sup>

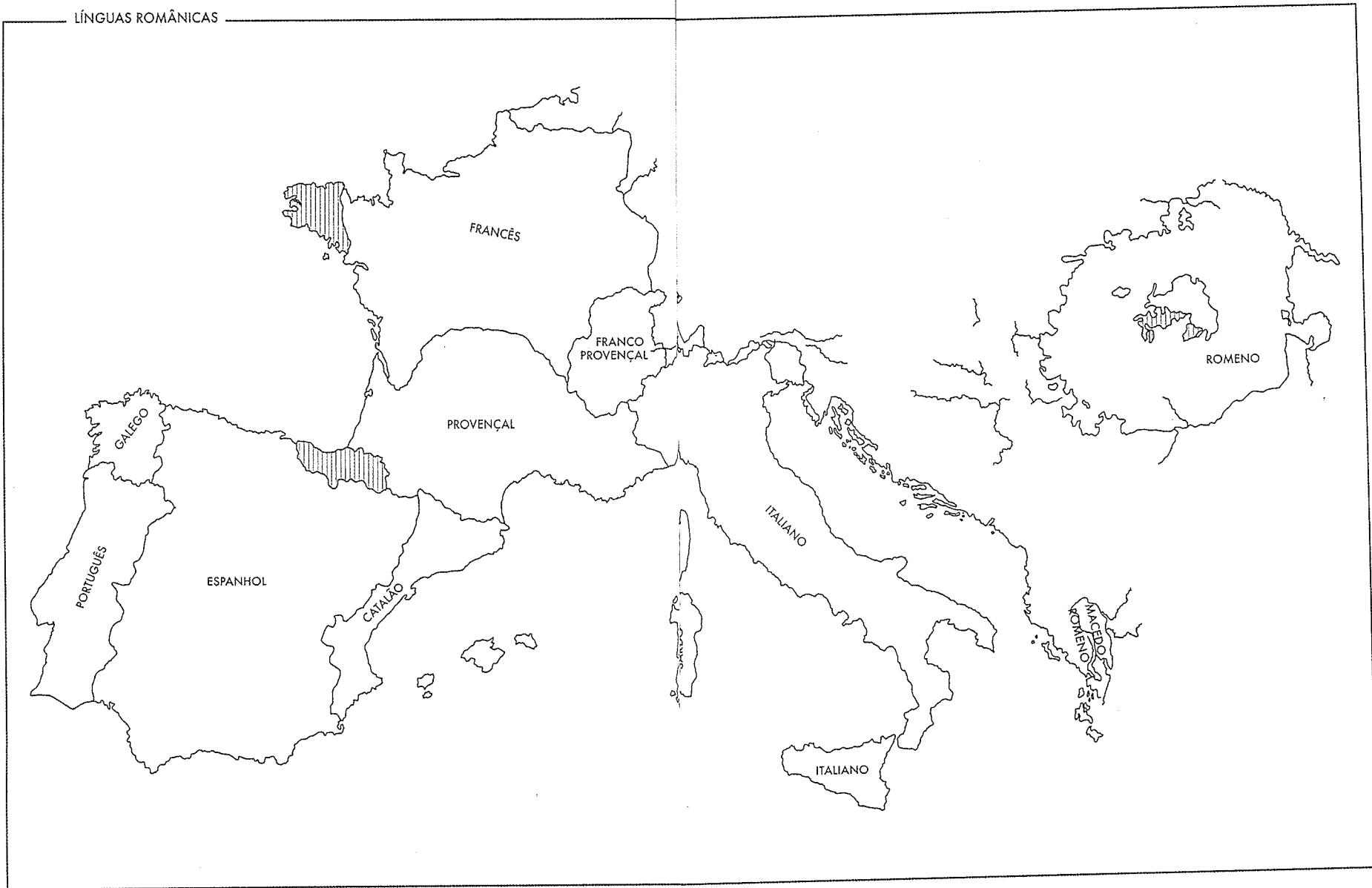
Por esse tempo, nas outras províncias a romanização estava atrasada. Nas regiões do Norte, em terras da Galiza, das Astúrias e da Cantábria, ainda não se fazia sentir a presença de Roma: os seus habitantes conservavam intactos os rudes costumes transmitidos através de gerações que se perdiam na noite dos séculos.

Em 216, a *Gallaecia et Asturia*, que desde a época de Antonino Pio era uma subdivisão militar e financeira da antiga *Hispânia Citerior*, tornou-se uma província à parte, com o nome de *Nova Hispania Citerior Antoniniana*. Compreendia então o Noroeste peninsular até a Cantábria.

Com a reforma de Diocleciano, todas essas províncias — e mais a Baleárica, a Tingitana e a Cartaginense, destacada da Tarraconense — passaram a constituir a diocese da Hispânia, que dependia da prefeitura das Gálias.

<sup>7</sup> Cf. Rafael Lapesa. *Historia de la lengua española*. 5. ed. Madrid: Escelicer, 1962, p. 41.

LÍNGUAS ROMÂNICAS



## O DOMÍNIO VISIGÓTICO

Tal a organização administrativa da Península, quando, em 409, foi invadida por um grupo heterogêneo de povos germânicos — vândalos, suevos e alanos. Os alanos desapareceram rapidamente; os vândalos, depois de se haverem fixado na Bética, transportaram-se, em 429, para a África, onde fundaram um reino, que durou cem anos; os suevos estabeleceram-se na Galécia e na Lusitânia, mas no século VI foram absorvidos pelos visigodos. Estes, que eram os mais civilizados dos povos germânicos, já mantinham antigos contatos com os romanos. Desde 425 estavam sediados na Aquitânia, ao sudoeste da Gália. Daí atravessaram os Pirineus e se estenderam por toda a Península, que iriam dominar durante dois séculos e meio.

Os visigodos cedo se fundiram com a população românica. Três fatos concorreram poderosamente para isso: *a)* a abolição da lei que proibia o casamento de godos com hispanos, ato de Leovegildo; *b)* a conversão, em 586, de Recaredo ao Cristianismo; *c)* o código, promulgado por Recesvindo em 654, que não mais distinguia os direitos das comunidades goda e hispana. Assim, quando Rodrigo, o último rei godo, não pôde deter, em 711, a invasão árabe, com ele ruía não apenas o império visigótico, mas o império romano-visigótico, que tinha como religião o Cristianismo e como língua o hispano-românico, legítimo continuador do latim vulgar.

Excluindo os nomes próprios de pessoas e de lugares, a contribuição goda para a formação do léxico português não ascende a mais de quarenta termos,<sup>8</sup> dos quais cerca de trinta se encontram em outras línguas românicas.

Seguindo o exemplo de Gamillscheg, o professor Joseph M. Piel distribui por quatro grupos as palavras godas que se conservaram em português:

- 1º) palavras de origem gótica que já pertenciam ao latim vulgar ou medieval: *albergue, arrear, bramar, bando, elmo, espora, guarda, guerra, rapar, trégua;*
- 2º) palavras comuns a todas as regiões primitivamente ocupadas pelos godos: *aspa, espeto, espia, estala, garbo, mofo, mofino, roca, taco, ufanar-se;*
- 3º) palavras peculiares à Península Ibérica e à França, ou à Península e à Itália: *agasalhar, brotar, estaca, fato, roupa, sítio, triscar;*
- 4º) palavras privativas dos idiomas ibero-românicos: *aio, aia, aleive, enguiçar, escanção, ganso, guarecer, íngreme, luva, malado (arc.), tascar.*<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Cf. Joseph M. Piel. *O patrimônio visigodo da língua portuguesa*. Coimbra, Coimbra Editora, 1942, p. 18.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 13-17.

## O DOMÍNIO ÁRABE

Movidas pela guerra santa, as tribos árabes conquistam o Norte da África e, em 711, desembarcam na Península. Sete anos depois, com exclusão do pequeno reino do Duque Teodomiro, que por meio século ainda conservou sua autonomia, e de alguns focos de resistência nas montanhas das Astúrias, de onde partiria o movimento de Reconquista, o domínio muçulmano cobria toda a anterior Espanha visigótica.

“Os árabes, sírios e berberes que invadem a Península não trazem mulheres: casam com hispano-godas, têm escravas galegas e bascas. Entre os muçulmanos permanecem muitos hispano-godos, os moçárabes, conservadores do saber isidoriano: uns conseguem certa autonomia; os mais exaltados sofrem perseguições e martírio; outros se islamizam; mas todos influem na Espanha moura, onde se fala romance ao lado do árabe.”<sup>10</sup>

Com os árabes floresceram na Península as ciências e as artes: houve grande incremento da agricultura, da indústria e do comércio; introduziram-se inúmeras palavras para designar novos e variados conhecimentos. Calcula-se em quatro mil o número de vocábulos espanhóis de origem árabe, excluídos os topônimos. Em português o léxico de proveniência árabe tem sido estimado entre quatrocentos e mil termos.

As palavras portuguesas de origem árabe, quase todas substantivos, referem-se, em geral:

- a) à organização guerreira: *acicate, adail, adarga, alcaide, alfange, alferes, algarrada, aljava, ameia, arrebatar, atalaia, ronda, zaga*, entre outras;
- b) à agricultura e à jardinagem: *açafrão, açúcar, açucena, alcachofra, alecrim, alface, alfafa, alfazema, algodão, almécega, benjoim, berinjala*, etc.;
- c) ao comércio, a pesos e medidas: *aduana, armazém, arroba, quilate, quintal*, etc.;
- d) a ofícios, cargos: *adail, alfageme, alfaiate, algibebe, almocreve, almotacel, almoxarife, arrais, califa, emir*, etc.;
- e) a instrumentos musicais: *adufe, alaúde, anafil, arrabil, tambor*, etc.;
- f) às ciências: *álgebra, algoritmo, cifra, zênite, nadir, álcool, álcali*, etc.

Em alguns casos os árabes foram apenas os intermediários de palavras que haviam tomado a outras línguas. São, por exemplo, de origem grega: *alambique, alcaparra, alfândega, alquímia, acelga* e *arroz*; de origem sânscrita: *alcanfor* e *xadrez*; de origem persa: *azul, escarlata, jasmim* e *laranja*. Do próprio latim há uma série de palavras introduzidas sob forma arabizada: *abricó, alcácer, albornoz, almude, alporão*.

<sup>10</sup> Rafael Lapesa. *Op. cit.*, p. 95-96.

## O PORTUGUÊS PRIMITIVO

Foi durante o domínio árabe que se acentuaram as características distintivas dos romances peninsulares.

Na região que compreendia a Galiza e a faixa lusitana entre o Douro e o Minho constituiu-se uma unidade linguística particular que conservaria relativa homogeneidade até meados do século XIV — o galego-português.

O galego-português, provavelmente, teria contornos definidos desde o século VI, mas é só a partir do século IX que podemos atestar a sua existência através de palavras que se colhem em textos de latim bárbaro.<sup>11</sup>

## PERÍODOS EVOLUTIVOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

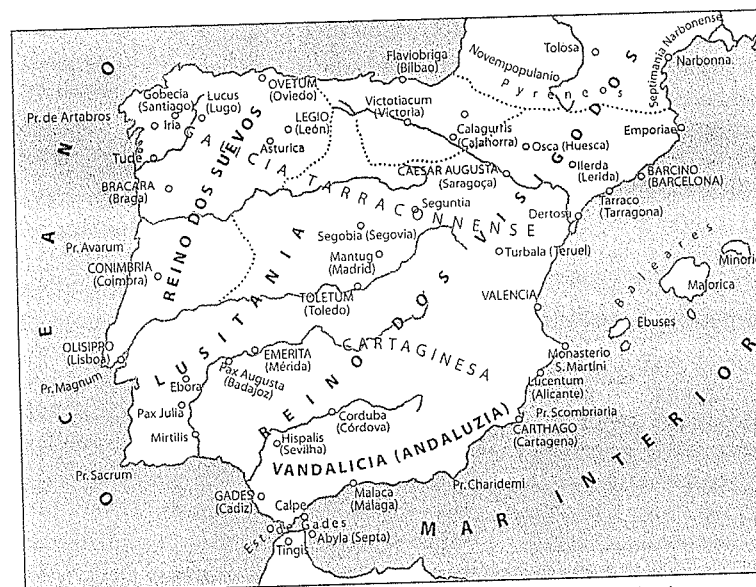
Datam do século XIII os primeiros documentos que chegaram até nós integralmente redigidos em galego-português. Inicia-se então a fase propriamente histórica de nossa língua, que, como todo idioma dotado de vitalidade, não se tem mantido uniforme nem no tempo, nem no espaço.

Baseando-nos em parte numa conhecida periodização proposta pelo sábio linguista José Leite de Vasconcelos,<sup>12</sup> distinguiremos as seguintes etapas na evolução do latim ao português atual:

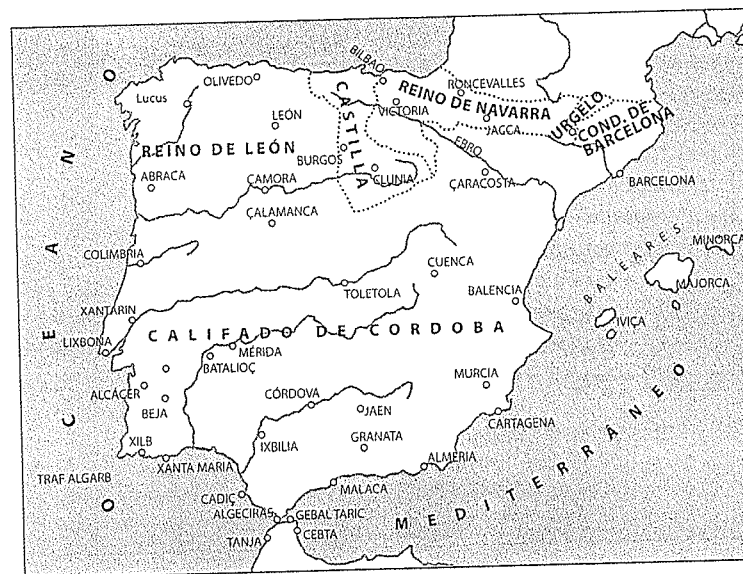
- latim lusitânico, língua falada na Lusitânia, desde a implantação do latim até o século V;
- romance lusitânico, língua falada na Lusitânia, do século VI ao século IX, da qual, como da fase anterior, não temos nenhum documento escrito;
- português proto-histórico, língua falada na Lusitânia, do século IX até fins do século XII, e da qual podemos vislumbrar algumas características nas palavras intercaladas em textos do latim bárbaro;

<sup>11</sup> Chama-se latim bárbaro a língua dos documentos forenses da Idade Média, em que, no texto latino, se inserem vocábulos do romance regional.

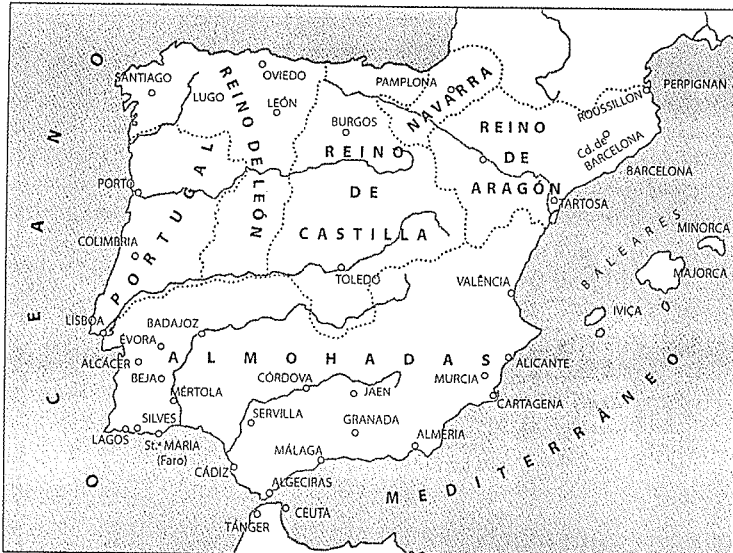
<sup>12</sup> Cf. *Lições de Filologia Portuguesa*. 2. ed. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926, p. 16-17. Advirta-se que Leite de Vasconcelos situava o começo da fase histórica da língua portuguesa em fins do século XII com fundamento em dois textos, originários do Mosteiro de Vairão, datados respectivamente de 1192 e 1193: o primeiro, um *Auto de Partilhas* dos bens herdados de seus pais pelos irmãos Sánchez; o segundo, o *Testamento* pelo qual Elvira Sánchez deixava todos os seus bens ao Mosteiro de Vairão. Estudo posterior do ilustre filólogo português Luís Filipe Lindley Cintra (Cf. *Les anciens textes romans non littéraires — classement et bibliographie*. In: *Les anciens textes romans non littéraires*. Paris, Klincksieck, 1963, p. 169-187), para o qual solicitou a ajuda de dois eminentes paleógrafos, Rui de Azevedo e o Padre Avelino Costa, veio provar que os textos em causa não passam de falsificações de fins do século XIII, ou mesmo do século XIV.



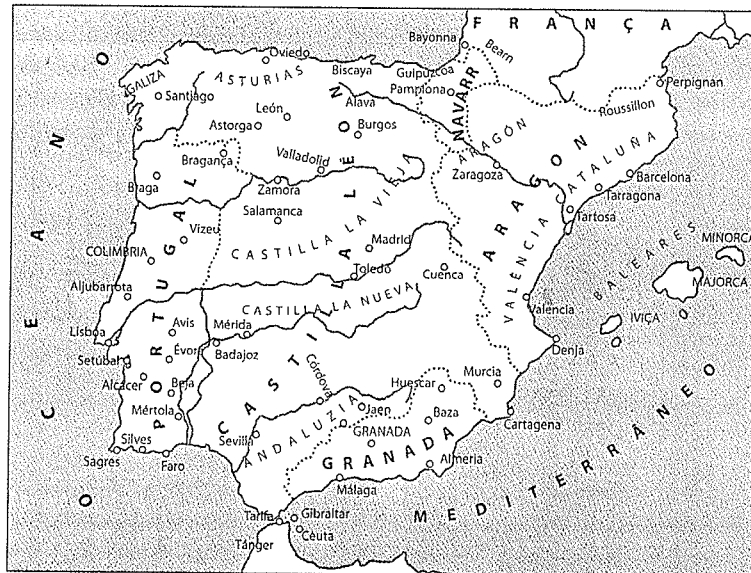
A Península Ibérica no século V, depois de consolidado o domínio político dos invasores germânicos com a formação do Reino dos Suevos e dos Visigodos.



A Península Ibérica no século X, no auge do domínio árabe através do Califado de Córdoba, com os cristãos confinados ao norte no Reino de Leão, Castela, Navarra, Urgel e Condado de Barcelona.



A Península Ibérica em meados do século XII, com os progressos da Reconquista Cristã. Portugal já ocupa uma faixa do Minho ao Tejo, depois da Tomada de Lisboa aos árabes por D. Afonso Henriques (1147).



A Península Ibérica em meados do século XV. O domínio árabe reduzido ao Reino de Granada, que ruiu em 1492. Portugal, depois da conquista do Algarve (1249) por D. Afonso III, havia atingido praticamente o território atual.

- d) português arcaico, que vai de princípios do século XIII até a primeira metade do século XVI, quando a língua começa a ser codificada gramaticalmente;<sup>13</sup>  
 e) português moderno, que se estende da segunda metade do século XVI até os dias que correm.

Os períodos arcaico e moderno da língua portuguesa comportam subdivisões, como reconhecia o próprio Leite de Vasconcelos.

Parece-nos particularmente aconselhável distinguir duas épocas no período compreendido entre o século XIII e a primeira metade do século XVI; uma, a do português arcaico propriamente dito, que abarcaria a língua dos séculos XIII e XIV; outra, a do português médio, que iria do século XV a fins da primeira metade do século XVI e representaria a fase de transição entre a antiga e a moderna do idioma.

Com os descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI, os portugueses ampliaram enormemente o império de sua língua, levada que foi para os vastos territórios por eles conquistados na África, na América, na Ásia e na Oceânia. Ainda hoje, apesar das consideráveis perdas sofridas, o seu domínio político abarca mais de dez milhões de quilômetros quadrados, aproximadamente a sétima parte da Terra. É o português a língua oficial do Brasil, de Portugal, de Angola, de Cabo Verde, de Guiné-Bissau, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe, e de Timor Leste.

Fora das regiões pertencentes ao domínio político de Portugal, do Brasil, das Repúblicas africanas e de Timor Leste, o português é falado em povoações espanholas da zona raiana, tal o caso de Ermisende, na província de Zamora; em Alamedilla, na província de Salamanca; em San Martín de Trevejo, Eljas, Valverde del Fresno, Herrera de Alcántara e Cedillo, na província de Cáceres; em Olivenza e arredores, na província de Badajoz. Também nas áreas fronteiriças do Brasil a língua portuguesa tem penetrado em território de língua espanhola, formando não raro um dialeto misto, como o falado nos departamentos uruguaios de Artigas, Rivera, Cerro Largo, Salto e Tacuarembó.<sup>14</sup>

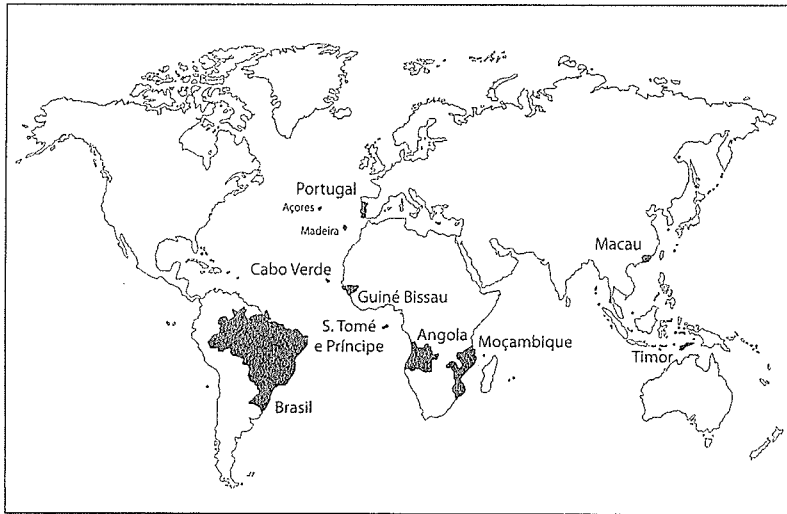
Não levando em linha de conta os usuários desses falares fronteiriços, nem os do crioulo de Surinam e do papiamento de Curaçau, que o têm por base, nem os do galego, sua covariante; abstraindo-nos também dos núcleos de imigrantes, por vezes consideráveis, como acontece nos Estados Unidos, na França e na Alemanha, ainda assim o português é o meio natural de comunicação de mais

<sup>13</sup> A primeira gramática de nossa língua — a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira — foi impressa em Lisboa, 1536.

<sup>14</sup> Este dialeto foi descoberto pelo sábio linguista José Pedro Rona, que dele nos deu uma excelente descrição em *El dialecto "fronterizo" del norte del Uruguay*. Montevideo, Adolfo Linardi, 1965.

de duzentos milhões de pessoas, o que vale dizer situar-se entre as dez línguas mais faladas do mundo.

### A língua portuguesa no mundo



## Capítulo 2

# Domínio atual da língua portuguesa

### UNIDADE E DIVERSIDADE

Na área vastíssima e descontínua em que é falado, o português apresenta-se, como qualquer língua viva, internamente diferenciado em variedades que divergem de maneira mais ou menos acentuada quanto à pronúncia, à gramática e ao vocabulário.

Embora seja inegável a existência de tal diferenciação, não é ela suficiente para impedir a superior unidade de nosso idioma, fato, aliás, salientado até pelos dialectólogos.

Com relação a Portugal, observa o professor Manuel de Paiva Boléo: “Uma pessoa, mesmo alheia a assuntos filológicos, que haja percorrido Portugal de norte a sul e conversado com gente do povo, não pode deixar de ficar impressionada com a excepcional homogeneidade linguística do País e a sua escassa diferenciação dialectal — ao contrário do que sucede noutros países, quer de língua românica, quer germânica”.<sup>1</sup>

Com referência à situação linguística do Brasil, escreve Serafim da Silva Neto: “É preciso ter na devida conta que *unidade não é igualdade*; no tecido linguístico brasileiro, há, decerto, gradações de cores. Minucioso estudo de campo determinaria, com segurança, várias *áreas*. O que é certo, porém, é que o conjunto dos falares brasileiros se coaduna com o princípio da *unidade na diversidade*”.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Manuel de Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva. O “Mapa dos dialectos e falares de Portugal Continental”. *Boletim de Filologia*, 20:85, 1961.

<sup>2</sup> *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, 2.ª ed. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1963, p. 271.

## AS VARIEDADES DO PORTUGUÊS

Excetuando-se o caso especial dos CRIoulos, que estudaremos adiante, temos, pois, de reconhecer esta verdade: apesar da acidentada história que foi a sua expansão na Europa e, principalmente, fora dela, nos distantes e extensíssimos territórios de outros continentes, a língua portuguesa conseguiu manter até hoje apreciável coesão entre as suas variedades por mais afastadas que se encontrem no espaço.

A diversidade interna, contudo, existe e dela importa dar uma visão tanto quanto possível ordenada.<sup>3</sup>

## OS DIALETOS DO PORTUGUÊS EUROPEU

A faixa ocidental da Península Ibérica ocupada pelo galego-português apresenta-nos um conjunto de DIALETOS que, de acordo com certas características diferenciais de tipo fonético, podem ser classificados em três grandes grupos:

- a) DIALETOS GALEGOS;
- b) DIALETOS PORTUGUESES SETENTRIONAIS;
- c) DIALETOS PORTUGUESES CENTRO-MERIDIONAIS.<sup>4</sup>

Esta classificação parece ser apoiada pelo sentimento dos falantes comuns do português-padrão europeu, isto é, dos que seguem a NORMA ou conjunto dos usos linguísticos das classes cultas da região Lisboa-Coimbra, e que distinguirão pela fala um galego, um homem do Norte e um homem do Sul.

A distinção funda-se principalmente no sistema das SIBILANTES.

<sup>3</sup> Veja-se, sobre o conjunto das variedades do português, a *Bibliografia dialectal galego-portuguesa*. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1974. Sobre o português do Brasil, em particular, possuímos hoje uma bibliografia muito completa: Wolf Dietrich. *Bibliografia da língua portuguesa do Brasil*. Tübingen, Gunter Narr, 1980.

<sup>4</sup> Quanto à classificação dialetal aqui adotada, veja-se Luís Filipe Lindley Cintra. Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses. *Boletim de Filologia*, 22: 81-116, Lisboa, 1971. Entre as classificações anteriores, duas merecem realce particular: a de José Leite de Vasconcelos e a de Manuel de Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva. A de Leite de Vasconcelos, baseada na divisão de Portugal em províncias, é mais geográfica do que linguística. Foi publicada, inicialmente, no seu *Mappa dialectologica do continente português* (Lisboa, Guillard, Aillaud, 1897), depois reproduzida na *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (Paris-Lisboa, Aillaud, 1901; 2.ª ed., com aditamentos e correções do autor, preparada por Maria Adelaide Valle Cintra, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1970) e, com alterações, nos *Opúsculos*, IV, *Filologia*, parte II (Coimbra, 1929, p. 791-796). A de Manuel de Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva, exposta em: O "Mapa dos dialectos e falares de Portugal Continental" (*Boletim de Filologia*, 20: 85-112, Lisboa, 1961), assenta-se em fatos linguísticos, principalmente fonéticos, que se fossem apresentados numa certa e possível hierarquização permitiriam talvez um mais claro agrupamento das variedades.

Assim:

1. Nos dialetos galegos não existe a sibilante sonora /z/: *rosa* articula-se com a mesma sibilante [ʒ] ou [s] (surda) de *passo*; *fazer*, com a mesma sibilante [θ] ou [s] (surda) de *caça*. Inexiste também a fricativa palatal sonora [ʒ] grafada em português *j* ou *g* (antes de *e* ou *i*). Em galego, *hoxe* tem a mesma fricativa [ʃ] de *enxada*.
2. Nos dialetos portugueses setentrionais existe a sibilante ápico-alveolar [ʒ], idêntica à do castelhano setentrional e padrão, em palavras como *seis*, *passo*. A ela corresponde a sonora [ʒ] de *rosa*. Em alguns dialetos mais conservadores coexistem com estas sibilantes as pré-dorsodentais [s] (em *cinco*, *caça*) e [z] (em *fazer*), que, noutros dialetos, com elas se fundiram, provocando a igualdade da sibilante de *cinco* e *caça* com a que aparece em *seis* e *passo*, ou seja [ʒ], bem como a da de *fazer* com a que se ouve em *rosa*, isto é [ʒ].
3. Nos dialetos portugueses centro-meridionais só aparecem as sibilantes pré-dorsodentais que caracterizam a língua padrão:
  - a) a surda [s], tanto em *seis* e *passo* como em *cinco* e *caça*;<sup>5</sup>
  - b) a sonora [z], tanto em *rosa* como em *fazer*.

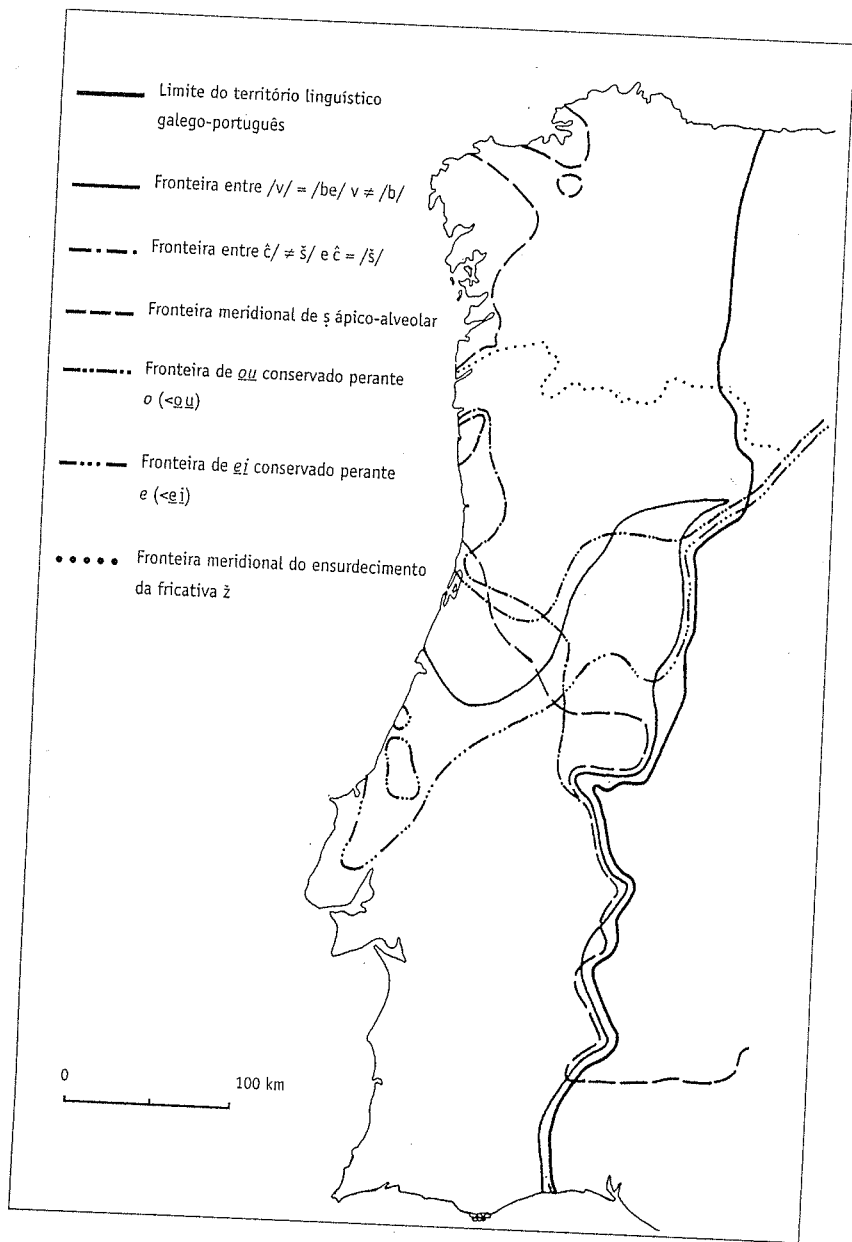
As fronteiras entre as três zonas mencionadas atravessam a faixa galego-portuguesa de oeste a leste, ou, mais precisamente, no caso da fronteira entre dialetos portugueses setentrionais e centro-meridionais, de noroeste a sueste.

Mas há outros traços importantes em que a referida distinção se fundamenta, sem que, no entanto, as suas fronteiras coincidam perfeitamente com as das características já indicadas.

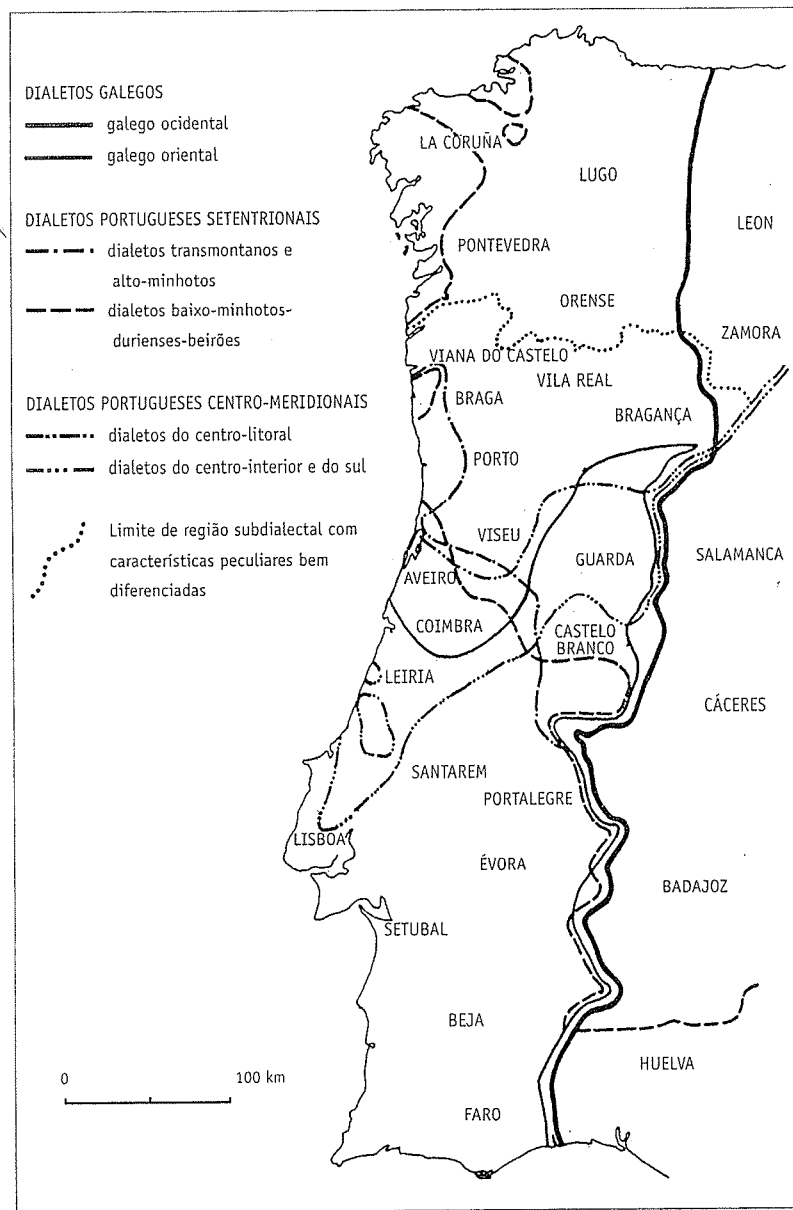
São eles:

- a) a pronúncia como [b] ou [β] do *v* gráfico (emitido como labiodental na pronúncia padrão e na centro-meridional) na maior parte dos dialetos portugueses setentrionais e na totalidade dos dialetos galegos: *binho*, *abó* por *vinho*, *avó*;
- b) a pronúncia como africada palatal [tʃ] do *ch* da grafia (emitido como fricativa [ʃ] na pronúncia padrão e em quase todos os dialetos centro-meridionais) na maior parte dos dialetos portugueses setentrionais e na totalidade dos dialetos galegos: *tchave*, *atchar* por *chave*, *achar*;

<sup>5</sup> Pronúncia semelhante à do francês ou do italiano padrão, do castelhano meridional e do hispano-americano.

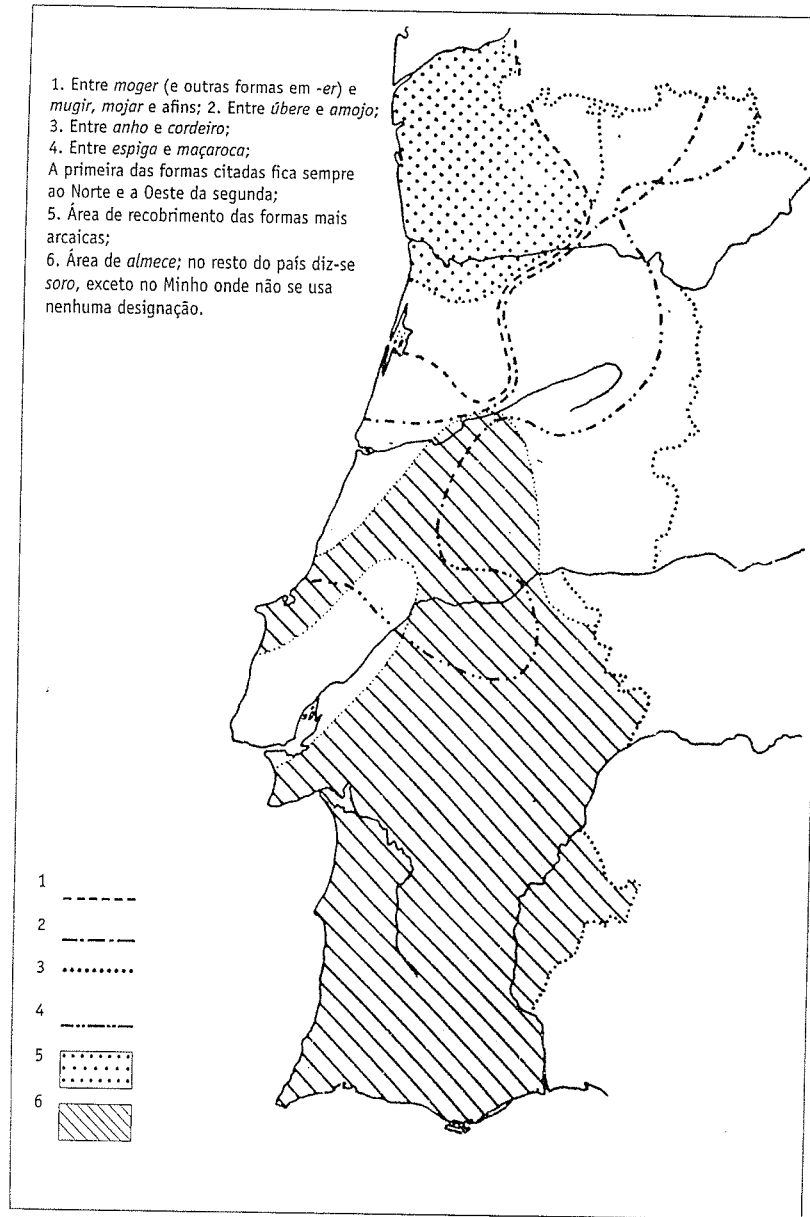


Alguns traços fonéticos diferenciados dos dialetos galego-portugueses



Classificação dos dialetos galego-portugueses





Alguns limites lexicais

c) a monotongação ou não monotongação dos ditongos [ow] e [ej]: a pronúncia [o] e [e] desses ditongos (por exemplo: *ôru* por *ouro*, *ferrêro* por *ferreiro*) caracteriza os dialetos portugueses centro-meridionais e, no caso de [o], a pronúncia padrão perante os dialetos portugueses setentrionais e os dialetos galegos.<sup>6</sup>

Merecem menção especial — mesmo numa apresentação panorâmica dos dialetos portugueses — três regiões em que, a par dos traços gerais que acabamos de apontar, aparecem características fonéticas peculiares que afastam muito vincadamente os dialetos nelas falados de todos os outros do mesmo grupo.

Trata-se, em primeiro lugar, de uma região (dentro da zona dos dialetos setentrionais) em que se observa regularmente a ditongação de [e] e [o] acentuados: *pjeso* por *peso*, *pworto* por *porto*. Abrange uma grande parte do Minho e do Douro Litoral, incluindo o falar popular da cidade do Porto e de seus arredores.

Em segundo lugar, temos uma extensa área da Beira Baixa e do Alto Alentejo (compreendendo uma faixa pertencente aos dialetos setentrionais, mas, principalmente, uma vasta zona dos dialetos centro-meridionais) em que se registra uma profunda alteração do timbre das vogais. Os traços mais salientes são: a) a articulação do *u* tônico como [ü] (próximo do *u* francês), por exemplo: [tù], [müla], por *tu*, *mula*; b) a representação do antigo ditongo grafado *ou* por [ö] (também semelhante ao som correspondente do francês), por exemplo: [pöka] por *pouca*; c) a queda da vogal átona final grafada *-o* ou sua redução ao som [ð], por exemplo: *cop* (ð), *cop* (ð)s, por *copo*, *copos*; *tüd* (ð) por *tudo*.

Por fim, no ocidente do Algarve situa-se outra região em que se observam coincidências com a anteriormente mencionada, no que se refere às vogais. Em lugar de *u*, encontramos [ü]: [tù], [müla] (mas o *ou* está representado por [o]). Por outro lado, o *a* tônico evoluiu para um som semelhante ao *o* aberto: *bata* é pronunciado quase *bota*, alteração de timbre que não é estranha a alguns lugares da mencionada zona da Beira Baixa e Alto Alentejo, embora seja aí mais frequente a passagem, em determinados contextos fonéticos, de *a* a um som [ã] semelhante a *e* aberto [e], por exemplo: *afilhêdo* por *afilhado*, *fumér* por *fumar*. A vogal átona grafada *o* também cai ou se reduz a [ð]: *cop* (ð), *cop* (ð)s, por *copo*, *copos*; *tüd* (ð) por *tudo*.

<sup>6</sup> Com referência ao ditongo [ej], a pronúncia padrão e a de Lisboa (neste caso uma ilha de conservação ao sul) coincidem com os dialetos setentrionais na sua manutenção. Note-se contudo que, devido a um fenómeno de diferenciação entre os dois elementos do ditongo, este se transformou na referida pronúncia em [aj].

Não são, porém, apenas traços fonéticos que permitem opor os diversos grupos de dialetos galego-portugueses. Se, no que diz respeito a particularidades morfológicas e sintáticas, a grande variedade e irregularidade na distribuição parece impedir um delineamento de áreas que as tome como base<sup>7</sup>, já no que se refere à distribuição do léxico podemos observar, ainda que num restrito número de setores e casos, certas regularidades. Não é raro, por exemplo, que os dialetos centro-meridionais se oponham aos setentrionais e aos galegos por neles se designar um objeto ou noção com um termo de origem árabe enquanto nos últimos permanece o descendente da palavra latina ou visigótica. É o caso da oposição *almece* / *soro* (do queijo), *ceifar* / *segar*.

Talvez ainda mais frequente seja a oposição lexical entre os dialetos do sul e leste de Portugal, caracterizados por inovações vocabulares de vários tipos, e os dialetos do noroeste e centro-norte, que, como os galegos, se distinguem pelo conservadorismo, pela manutenção de termos mais antigos na língua. É o caso da oposição de *ordenhar* a *moger*, *mugir* e *amojar*; de *amojo* a *úbere*; de *borrego* a *cordeiro* e a *anho*; de *chibo* a *cabrito*; de *maçaroca* a *espiga* (de milho), etc.

Advirta-se, por fim, que em relação a muitas outras noções é grande a variedade terminológica na faixa galego-portuguesa, sem que se observe este ou qualquer outro esquema regular de distribuição. É que a distribuição dos tipos lexicais depende de numerosíssimos fatores, não só linguísticos, mas sobretudo histórico-culturais e sociais, que variam de caso para caso. A regularidade atrás observada parece depender, em alguns casos, da ação de um mesmo fator histórico: a Reconquista aos mouros do Centro e do Sul do território português, movimento que teria criado o contraste entre uma Galiza e um Portugal do Noroeste para Oeste mais conservadores, porque de povoamento antigo, e um Portugal do Nordeste, Este e Sul mais inovador, justamente o que foi repovoado em consequência daquele acontecimento histórico.<sup>8</sup> Trata-se, aliás, de um contraste que tem o seu paralelo na história da arte. Ao Norte, resistência do estilo romântico, enquanto ao Sul, a partir do século XIII, se acentua progressivamente a penetração e a expansão do estilo gótico.

<sup>7</sup> Quando muito, poder-se-á dizer, por exemplo, que certos traços, como os perfeitos em *-i* da 1.ª conjugação (*lavi* por *lavei*, *canti* por *cantei*), são exclusivamente centro-meridionais.

<sup>8</sup> Veja-se, a este respeito, principalmente, Luís F. Lindley Cintra. Áreas lexicais no território português. *Boletim de Filologia*, 20: 273-307, 1961; e Orlando Ribeiro. A propósito de áreas lexicais no território português. *Boletim de Filologia*, 21: 177-205, 1962-1963 (artigos reproduzidos em Luís F. Lindley Cintra. *Estudos de dialectologia portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa, 1983, p. 55-94 e 165-202).

## OS DIALETOS DAS ILHAS ATLÂNTICAS

Os dialetos falados nos arquipélagos atlânticos dos Açores e da Madeira representam — como era de esperar da história do povoamento destas ilhas, desertas no momento em que os portugueses as descobriram — um prolongamento dos dialetos portugueses continentais.

Considerando a maior parte das características fonéticas que neles se observam, pode-se afirmar, com maior precisão, que prolongam o grupo dos dialetos centro-meridionais. Com efeito, não se encontram nos dialetos açorianos e madeirenses nem o [ʂ] ápico-alveolar, nem a neutralização da oposição entre [v] e [b], nem a africada [tʃ] dos dialetos setentrionais do continente. Quanto à monotongação dos ditongos decrescentes [ow] e [ej], observam-se as mesmas tendências da língua padrão: o ditongo [ow] reduz-se normalmente a [o], mas a redução de [ej] a [e] é fenómeno esporádico; só ocorre como norma na ilha de São Miguel.

Esta ilha, assim como a da Madeira, constituem casos excepcionais dentro do português insular. Independentemente uma da outra, ambas se afastam do que se pode chamar a norma centro-meridional por acrescentar-lhe um certo número de traços muito peculiares.

No que se refere à ilha de São Miguel, os mais característicos dentre os traços que afastam os seus dialetos das outras ilhas coincidem, curiosamente, com os traços que, na Península, distinguem a região da Beira Baixa e do Alto Alentejo (e também, parcialmente, com os que se observam no ocidente do Algarve): *a*) o *u* tónico é articulado como [ü]: *tü*, *müla*; *b*) o antigo ditongo *ou* pronuncia-se como [ö]: *pöca*, *löra*; *c*) o *a* tónico tende para o *o* aberto [ɔ]: quase *bota* por *bata*; *d*) a vogal final grafada *-o* cai ou reduz-se a [ə]: *cop(ə)*, *cop(ə)s*, *tüd(ə)*, *pök(ə)*, por *copo*, *copos*, *tudo*, *pouco*.

Quanto à ilha da Madeira, os seus dialetos apresentam características fonéticas singulares, que só esporadicamente (e não todas) aparecem em dialetos continentais. Assim, o *u* tónico apresenta-se ditongado em [aw], por exemplo: [ˈlawα] por *lua*; o *i* tónico em [aj], por exemplo: [ˈfajλα] por *filha*. Por outro lado, a consoante *l*, precedida de *i*, palatiza-se: [ˈvajλα] por *vila*, [ˈfajλα] por *fila* (confundindo-se, portanto, desse modo *fila* com *filha*).

## OS DIALETOS BRASILEIROS

Com relação ao extensíssimo território brasileiro da língua portuguesa, a insuficiência de informações rigorosamente científicas sobre as diferenças de natureza fonética, morfossintática e lexical que separam as variedades regionais nele existentes não permite classificá-las em bases semelhantes às que foram adotadas

na classificação dos dialetos do português europeu. Deve-se reconhecer, contudo, que a publicação de dois atlas prévios regionais — o do Estado da Bahia<sup>9</sup> e o do Estado de Minas Gerais<sup>10</sup> — e a anunciada impressão do já concluído *Atlas dos falares de Sergipe*<sup>11</sup>, bem como a elaboração de algumas monografias dialetais, são passos importantes no sentido de suprir a lacuna apontada.

Entre as classificações de conjunto, propostas em caráter provisório, sobleva, pela indiscutível autoridade de quem a fez, a de Antenor Nascentes, fundada em observações pessoais colhidas em suas viagens por todos os estados do país.

A base desta proposta reside — como no caso do português europeu — em diferenças de pronúncia.

De acordo com Antenor Nascentes, é possível distinguir dois grupos de dialetos<sup>12</sup> brasileiros — o do Norte e o do Sul —, tendo em conta dois traços fundamentais:

- a) a abertura das vogais pretônicas, nos dialetos do Norte, em palavras que não sejam diminutivos nem advérbios em *-mente*: *pègar* por *pegar*, *còrrer* por *correr*;
- b) o que ele chama um tanto impressionisticamente a “cadência” da fala: fala “cantada” no Norte, fala “descansada” no Sul.

A fronteira entre os dois grupos de dialetos passa por “uma zona que ocupa uma posição mais ou menos equidistante dos extremos setentrional e meridional do país. Esta zona se estende, mais ou menos, da foz do rio Mucuri, entre Espírito Santo e Bahia, até a cidade de Mato Grosso, no estado do mesmo nome”<sup>13</sup>.

Em cada grupo, distingue Antenor Nascentes diversas variedades a que chama SUBFALARES. E enumera dois no grupo Norte:

- a) O AMAZÔNICO;
- b) O NORDESTINO;

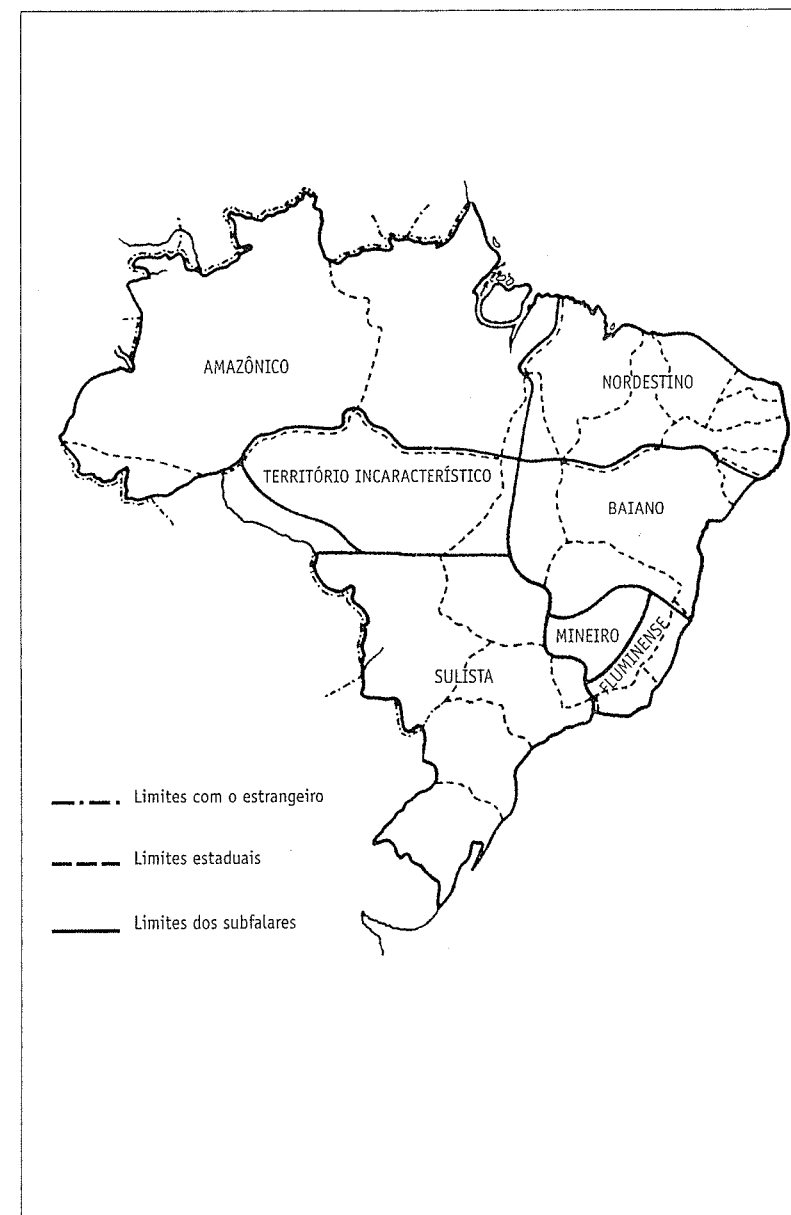
<sup>9</sup> Nelson Rossi. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1963.

<sup>10</sup> José Ribeiro et alii. *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais*. V.1. Rio de Janeiro, MEC/Casa de Rui Barbosa/UFJF, 1977.

<sup>11</sup> Elaborado por Nelson Rossi, com a colaboração de um grupo de professores da Universidade Federal da Bahia.

<sup>12</sup> Empregamos o termo DIALETO pelas razões aduzidas no capítulo 1 e para mantermos o paralelismo com a designação adotada para as variedades regionais portuguesas. Ao que chamamos aqui DIALETO Nascentes denomina SUBFALAR.

<sup>13</sup> Antenor Nascentes. *O linguajar carioca*, 2.<sup>a</sup> ed. completamente refundida. Rio de Janeiro, Simões, 1953, p. 25. Por ser quase despovoada, considerava ele incharacterística a área compreendida entre a parte da fronteira boliviana e a fronteira de Mato Grosso com Amazonas e Pará.



Áreas linguísticas do Brasil (divisão proposta por Antenor Nascentes)

e quatro no grupo Sul:

- a) O BAIANO;
- b) O FLUMINENSE;
- c) O MINEIRO;
- d) O SULISTA.

Assinale-se, por fim, que as condições peculiares da formação linguística do Brasil revelam uma dialectalização que não parece tão variada e tão intensa como a portuguesa. Revelam, também, estas condições que a referida dialectalização é muito mais instável que a europeia.

### O PORTUGUÊS DE ÁFRICA, DA ÁSIA E DA OCEÂNIA

No estudo das formas que veio a assumir a língua portuguesa em África, na Ásia e na Oceânia, é necessário distinguir, preliminarmente, dois tipos de variedades: as CRIOULAS e as NÃO CRIOULAS.

As variedades CRIOULAS resultam do contacto que o sistema linguístico português estabeleceu, a partir do século XV, com sistemas linguísticos indígenas. Talvez todas elas derivem do mesmo PROTOCRIOULO OU LÍNGUA FRANCA que, durante os primeiros séculos da expansão portuguesa, serviu de meio de comunicação entre as populações locais e os navegadores, comerciantes e missionários ao longo das costas da África Ocidental e Oriental, da Arábia, da Pérsia, da Índia, da Malásia, da China e do Japão. Aparecem-nos, atualmente, como resultados muito diversificados, mas com algumas características comuns — ou, pelo menos, paralelas —, que se manifestam numa profunda transformação da fonologia e da morfossintaxe do português que lhes deu origem. O grau de afastamento em relação à língua-mãe é hoje de tal ordem que, mais do que como DIALETOS, os crioulos devem ser considerados como línguas derivadas do português.

Os crioulos de origem portuguesa na África, que são os de maior vitalidade, podem ser distribuídos espacialmente em três grupos:

1. Crioulos das ilhas do Golfo da Guiné:
  - a) de São Tomé;
  - b) do Príncipe;
  - c) de Ano Bom (ilha que pertence à Guiné Equatorial).
2. Crioulos do arquipélago de Cabo Verde, com as duas variedades:
  - a) de Barlavento, ao norte, usada nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal e Boa Vista;
  - b) de Sotavento, ao sul, utilizada nas ilhas de Santiago, Maio, Fogo e Brava.

3. Crioulos continentais:

- a) da Guiné-Bissau;
- b) de Casamance (no Senegal).

Dos crioulos da Ásia subsistem apenas:

- a) o de Malaca, conhecido pelas denominações de *papiá cristão*, *malaqueiro*, *malaquês*, *malaquenho*, *malaquense*, *serani*, *bahasa geragau* e *português basu*;
- b) o de Macau, *macaísta* ou *macaueño*, ainda falado por algumas famílias de Hong-Kong;
- c) o de Sri-Lanka, falado por famílias de Vaipim e Batticaloa;
- d) os de Chaul, Korlai, Tellicherry, Cananor e Cochim, no território da União Indiana.

Na Oceânia, sobrevive ainda o crioulo de Tugu, localidade perto de Jacarta, na ilha de Java.<sup>14</sup>

Quanto às variedades NÃO CRIOULAS, há que considerar não só a presença do português, que é a língua oficial das repúblicas de Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe, mas as variedades faladas por uma parte da população destes Estados e, também, de Goa, Damão, Diu e Macau, na Ásia, e Timor, na Oceânia. Trata-se de um português com base na variedade europeia, porém mais ou menos modificado, sobretudo pelo emprego de um vocabulário proveniente das línguas nativas, e a que não faltam algumas características próprias no aspecto fonológico e gramatical.

Estas características, no entanto, que divergem de região para região, ainda não foram suficientemente observadas e descritas, embora muitas delas — principalmente no que se refere a Angola, Cabo Verde e Moçambique — transpareçam na obra de alguns dos modernos escritores desses países.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Sobre o estado atual dos crioulos portugueses, veja-se Celso Cunha. *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, p. 37-106, onde se remete à bibliografia especializada; veja-se, também, José Gonçalo Herculano de Carvalho. *Deux langues créoles: le criól du Cap Vert et le forro de S. Tomé*. *Biblos*, 57: 1-15, Coimbra, 1981.

<sup>15</sup> Sobre a linguagem de um deles, do maior significado, o angolano Luandino Vieira, leiam-se: Michel Laban. *L'œuvre littéraire de Luandino Vieira*, tese de 3.º ciclo, apresentada em 1979 à Universidade de Paris-Sorbonne; e Salvato Trigo. *Luandino Vieira, o logoteta*. Porto, Brasília Editora, 1981.